

LEI Nº 3.561

DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.

CERTIFICO QUE FOI PUBLICADO NO PLACAR DESTA
PREFEITURA PRESENTA 3.561
NO PERIODO DELO /10/17 a 18/10/17
CSIA 10 de OLL Llorge 17

Manoel Castro de Arantes
Secretário Chefe da Casa Civil

"AUTORIZA O CHEFE DO EXECUTIVO A OUTORGAR CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL QUE ESPECIFICA E FIRMAR CONTRATO COM A EMPRESA M & M DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIANÉSIA, ESTADO DE GOIÁS, aprova e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar Concessão de Direito Real de Uso à empresa M & M Distribuidora de Bebidas Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 03.899.124/0001-49, com sede na Avenida Goiás, nº 574, Setor Sul, nesta cidade, e ao mesmo tempo autorizado a celebrar o devido contrato de Concessão de Direito Real de Uso, instituto previsto no artigo 7º do Decreto Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, e no artigo 99, § 1º, da Lei Orgânica do Município, sendo objeto da concessão o seguinte terreno:

I - "APM 2 – REMANESCENTE, com a área de 5.263,53 m2, tendo 98,60 metros de frente pela Rua 19; dividindo-se: nos fundos por 82,66 metros + 10,29 metros, com terreno do Crisa; do lado direito por 49,63 metros, com o lote 11 + 13,53 metros, com a Rua 21; e do lado esquerdo por 100,00 metros, com os lotes 01 a 08", localizada na quadra 27 do Residencial Granville, devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato 1º de Notas de Goianésia sob a matrícula nº 28.499, avaliado pela Comissão de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis, nomeada pelo Decreto nº 6.653, de 03 de janeiro de 2017, pela importância de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

§ 1º A área de terreno urbano acima descrito não poderá ser destinada para outros fins, que não sejam os propostos pela concessionária, definidos nesta Lei e constantes do respectivo contrato a ser celebrado, ou seja, com a finalidade específica de expansão de suas atividades empresariais através da construção e implantação de uma



unidade distribuidora de bebidas e alimentos visando o atendimento da demanda de seus produtos em mais de trinta municípios goianos.

- § 2º Na ocorrência de desvio de finalidade na utilização do terreno, opera-se a imediata resolução da concessão, retornando o imóvel à posse do Município de Goianésia, com suas acessões e benfeitorias, sem direito à indenização.
- Art. 2º A concessão de direito real de uso será efetivada mediante a celebração de contrato específico, no qual serão estabelecidas as condições da avença.
- Art. 3º A concessão de que trata esta Lei é pessoal e intransferível, salvo quando houver prévia e expressa autorização do Município de Goianésia.
- Art. 4º O prazo da concessão de direito real de uso, que tem caráter gratuito, será de 25 (vinte e cinco) anos, contado da data de celebração do contrato, podendo ser prorrogado, sucessivamente, por igual período, mediante termo aditivo, quando houver interesse público devidamente caracterizado através de expressa motivação.
- Art. 5º A Concessionária responderá pelos encargos civis, administrativos e tributários que incidam sobre o imóvel objeto da concessão a que se refere esta Lei.
- **Art. 6º** Fica reservado ao Concedente o direito de fiscalizar, quando julgar necessário, as obras e instalações da Concessionária, no imóvel referido no inciso I do art. 1º desta Lei.
- Art. 7º A concessionária do imóvel ora concedido terá prazo de 02 (dois) anos para dar início à edificação do empreendimento sob pena de perda do objeto da presente lei.
- Art. 8º A concessionária se compromete a emplacar toda a sua frota de veículos no município de Goianésia.
- Art. 9º A concessionária se compromete a contratar para preencher seu quadro de colaboradores, pessoas residentes em Goianésia, as quais deverão comprovar sua residência no município por período igual ou superior a 06 (seis) meses.
- Art. 10º Todas as despesas decorrentes dos procedimentos legais para efetivação da presente concessão correrão por conta e responsabilidade da concessionária.



Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO DE GOIANÉSIA, ESTADO DE GOIÁS**, aos dez dias do mês de outubro de dois mil e dezessete (10/10/2017).

RENATO MENEZES DE CASTRO Prefeito de Goianésia